

Águas do Mirante S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Águas do Mirante S.A

Piracicaba - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Mirante S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Base para opinião com ressalva

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, como consequência de auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil, a Companhia efetuou pagamento de tributos no montante de R\$ 19.686 relativo à imposto de renda retido na fonte. Sobre esse auto de infração, a Companhia ainda não concluiu sua análise sobre a exigibilidade do referido imposto. Consequentemente, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os possíveis impactos, referente a esse assunto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas e acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Anselmo Neves Macedo
CRC 1SP160482/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Águas do Mirante S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2018	2017	Passivos	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	53	Fornecedores e empreiteiros	11	3.995	5.108
Aplicações financeiras	5	71.509	31.338	Financiamentos	12	10.810	828
Contas a receber de clientes	6	7.074	6.645	Obrigações trabalhistas e sociais	13	1.998	1.724
Impostos a recuperar	7	1.608	1.297	Obrigações fiscais	14	1.356	1.740
Outros créditos		348	349	Imposto de renda e contribuição social	21	-	631
Total do ativo circulante		80.540	39.682	Total do passivo circulante		18.159	10.031
Aplicações financeiras	5	12.660	12.102	Financiamentos	12	241.943	220.052
Impostos a recuperar	7	17.485	15.054	Adiantamento de clientes		12.660	12.101
Ativo fiscal diferido	21	4.994	4.772	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	10	26.500	-
Depósitos judiciais	15	31	26	Provisão para contingências	15	276	79
Outros créditos		10	-	Outras contas a pagar		914	914
Total do realizável a longo prazo		35.180	31.954	Total do passivo não circulante		282.293	233.146
Ativo da concessão	8	4.765	-	Patrimônio líquido	16		
Intangível	9	258.398	263.998	Capital social		98.896	98.896
Total do ativo não circulante		298.343	295.952	Prejuízos acumulados		(20.465)	(6.439)
				Patrimônio líquido		78.431	92.457
				Total do passivo		300.452	243.177
Total do ativo		378.883	335.634	Total do passivo e patrimônio líquido		378.883	335.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	17	80.664	78.043
Custos dos serviços prestados	18	<u>(43.666)</u>	<u>(39.833)</u>
Lucro bruto		<u>36.998</u>	<u>38.210</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	19	(28.599)	(14.379)
Outras receitas operacionais		-	21
Outras despesas operacionais		<u>(1)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>8.398</u>	<u>23.852</u>
Receitas financeiras	20	3.413	2.843
Despesas financeiras	20	<u>(25.204)</u>	<u>(19.746)</u>
Resultado financeiro		<u>(21.791)</u>	<u>(16.903)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(13.393)</u>	<u>6.949</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(633)</u>	<u>(2.486)</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		<u><u>(14.026)</u></u>	<u><u>4.463</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	<u>(14.026)</u>	<u>4.463</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(14.026)</u></u>	<u><u>4.463</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	<u>98.896</u>	<u>(10.902)</u>	<u>87.994</u>
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>4.463</u>	<u>4.463</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>98.896</u>	<u>(6.439)</u>	<u>92.457</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(14.026)</u>	<u>(14.026)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u><u>98.896</u></u>	<u><u>(20.465)</u></u>	<u><u>78.431</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos	21	(13.393)	6.949
Ajustes para:			
Amortização	9, 18 e 19	12.954	10.959
Resultado na baixa de intangível	9	-	61
Juros sobre financiamentos	12 e 20	20.227	19.168
Amortização custo de captação	12	360	359
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 20	(2.552)	(1.511)
Provisão para contingências	15 e 19	15.617	45
Provisão para bônus		-	914
		<u>33.213</u>	<u>36.944</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(429)	(1.887)
Impostos a recuperar		(1.539)	(2.944)
Depósitos judiciais		(5)	(1)
Outros créditos		(9)	(90)
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		(1.113)	(2.577)
Obrigações trabalhistas e sociais		274	151
Obrigações fiscais		(384)	149
Pagamentos de contingências	15	(15.420)	(63)
Adiantamento de clientes		559	3.110
Juros pagos	12	(1.311)	(1.221)
Imposto de renda e contribuição social pagos	21	(2.074)	(881)
		<u>11.762</u>	<u>30.690</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(40.576)	(18.172)
Juros recebidos	5	1.784	634
Aquisição de ativo da concessão	8	(10.708)	-
Aquisição de intangível	9	(1.236)	(13.615)
		<u>(50.736)</u>	<u>(31.153)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Financiamentos captados	12	13.058	-
Custo na captação de financiamentos	12	(23)	(24)
Financiamentos pagos	12	(613)	(591)
Contas correntes líquida partes relacionadas		26.500	-
		<u>38.922</u>	<u>(615)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento			
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(52)</u>	<u>(1.078)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		53	1.131
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	<u>1</u>	<u>53</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(52)</u>	<u>(1.078)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas do Mirante S.A. (“Companhia”) é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Piracicaba, São Paulo, constituída em 01 de março de 2012. Em 11 de junho de 2012 iniciou suas operações de acordo com o Contrato de Concessão nº 48/2012 - Edital de Concorrência nº 01/2011 firmado com o SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto do Município de Piracicaba, São Paulo (doravante denominada “SEMAE”), concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 1687/2011.

O objeto do referido Contrato de Concessão consiste na exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do município de Piracicaba, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria público privada, na modalidade administrativa, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem por finalidade a operação e gerenciamento de atividades objeto desta concessão, designada para fins de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos do processo de tratamento de esgoto. Também faz parte das obrigações, a recuperação, manutenção, ampliação e melhoria do sistema de hidrometria e as atividades de combate às fraudes na micromedição.

O contrato e seus aditivos preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 332.627. Os principais investimentos estão relacionados a conclusões e construções de Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias de Esgoto, definidas de acordo com o cronograma de marcos contratuais, e foram finalizados em 2016 de acordo com o cronograma. Com o atendimento destes marcos contratuais, a Companhia atingiu o nível de 100% de esgoto tratado no Município de Piracicaba, São Paulo.

Autuação fiscal

A Companhia foi autuada como sujeito passivo em processo administrativo fiscal (PAF N° 13888-723.494/2018-45 e 13888-723.574/2018-09), pela Receita Federal do Brasil, como consequência pagou tributos à título de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 19.686. Sobre essa autuação, o Conselho de Administração da controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. contratou um escritório de advocacia independente, com o objetivo de realizar uma análise quanto ao objeto da autuação, a qual não foi concluída até a emissão das demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2019.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 9 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 15 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos; e
- Nota explicativa nº 21 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

A alterações introduzidas pelo CPC 47 impactaram a Companhia na forma de se classificar seus ativos, já que os mesmos estão sob alcance do ICPC 01. Dentre as alterações destaca-se o tratamento de todos os ativos no período de construção e que ainda não estão em serviço, para Ativos contratuais, sendo reclassificados para a rubrica de "Ativos da concessão".

Após esta análise a Companhia concluiu que houve impacto na classificação do Intangível - Em andamento sob o escopo do ICPC 01 (R1):

	Nota	Saldo em 31/12/2017	Ajustes adoção inicial (CPC 47)	Saldo em 1º de janeiro de 2018
Total do ativo circulante		39.682	-	39.682
Ativo da concessão	8	-	2.064	2.064
Intangível	9	263.998	(2.064)	261.934
Outras contas do ativo não circulante		31.954	-	31.954
Total do ativo não circulante		295.952	-	295.952
Total do ativo		335.634	-	335.634

	Nota	Saldo em 31/12/2017	Ajustes adoção inicial (CPC 47)	Saldo em 1º de janeiro de 2018
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		30.690	-	30.690
Aquisição de ativo da concessão	8	-	(10.536)	(10.536)
Aquisição de intangível	9	(13.615)	10.536	(3.079)
Outras variações de atividades de investimentos		(17.538)	-	(17.538)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(31.153)	-	(31.153)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(615)	-	(615)
Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa		(1.078)	-	(1.078)

Veja também nota explicativa nº 8.

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes.

a. Receita de contrato com cliente

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial no CPC 47 não teve impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes.

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) **Serviços de tratamento de esgoto**

A receita relacionada ao serviço de tratamento de esgotamento sanitário compreende apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo através do resultado).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes. Esta escolha é feita por investimento individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou tenha sido designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A tabela a seguir e notas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

		Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	53	53
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	31.338	31.338
Aplicações financeiras	(b)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado	12.102	12.102
Contas a receber de clientes	(a)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	6.645	6.645
Total de ativos financeiros				50.138	50.138

- (a) O caixa e equivalentes e o contas a receber de clientes que eram classificados como empréstimos e recebíveis, de acordo com o CPC 38, agora são classificados ao custo amortizado.
- (b) As aplicações financeiras que eram classificadas como mantidos até o vencimento de acordo com o CPC 38, agora são classificadas ao custo amortizado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

d. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;
- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “m”.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada;

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia determina que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2018 e 2017 com relação a este assunto.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, à taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) **Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido tendo como base o prejuízo fiscal, a base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) **Exposições fiscais**

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

n. Capitalização dos custos dos financiamentos

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia adotará o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o efeito da aplicação inicial do CPC 06 (R2) sobre as demonstrações e concluiu não haver impacto material.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

p. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2018	2017
Caixa	-	6
Bancos conta movimento	1	47
	1	53

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2018	2017
Conta Poupança PJ	70% Selic	Indeterminado	12.660	12.102
Fundo de Investimento Safira	93,98% a 98,92% do CDI	Indeterminado	71.509	31.338
			84.169	43.440
Circulante			71.509	31.338
Não circulante			12.660	12.102

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo Banco *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo, de investimentos multimercado de crédito privado, não exclusivo, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

As aplicações financeiras apresentadas no ativo não circulante, referem-se a garantia relativa aos recebimentos do Contrato de Concessão.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento.

Movimentação das aplicações financeiras:	2018	2017
Saldo inicial	43.440	24.805
Aplicação	183.459	145.461
(-) Resgate de principal	(142.883)	(127.256)
(-) Resgate de juros	(1.784)	(634)
Incidência de IR	(615)	(413)
Incidência de IOF	-	(34)
Juros no exercício	2.552	1.511
Saldo final	84.169	43.440

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2018	2017
Faturamento de serviço de esgoto	9.955	9.526
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(2.881)	(2.881)
	<u>7.074</u>	<u>6.645</u>

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de esgoto em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldos vencidos	Total em
		Acima de 180 dias	2018
SEMAE	7.074	2.881	9.955
	<u>7.074</u>	<u>2.881</u>	<u>9.955</u>
Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldos vencidos	Total em
		Acima de 180 dias	2017
SEMAE	6.645	2.881	9.526
	<u>6.645</u>	<u>2.881</u>	<u>9.526</u>

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e o montante foi considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

O valor de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 2.881, constituída no exercício de 2015 se refere a volume de esgoto tratado de órgãos públicos na Cidade de Piracicaba-SP. A Companhia tem adotado medidas administrativas e comerciais junto ao SEMAE com intuito de receber esses valores.

7 Impostos a recuperar

	2018	2017
PIS - Programa de integração social	30	18
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	143	85
INSS retido na fonte (i)	17.514	16.145
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	489	103
Imposto de renda e contribuição social correntes	917	-
	<u>19.093</u>	<u>16.351</u>
Circulante	1.608	1.297
Não circulante	17.485	15.054

- (i) O saldo refere-se a retenções de INSS calculado sobre as notas fiscais de serviços prestados pela Companhia até julho de 2018. A Companhia ingressou com pedidos de restituição e aguarda a aprovação das autoridades fiscais para ressarcimento dos montantes retidos.

8 Ativo da concessão

	2018	2017
Ativo da concessão	<u>4.765</u>	-
	<u>4.765</u>	-

Referem-se ao direito contratual da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 9).

	2017		2018		Custo
	Ativo inicial (CPC 47)	Ajustes adoção	Adições (i)	Transferências (ii)	
Ativo da concessão	-	2.064	10.883	(8.182)	4.765
	-	2.064	10.883	(8.182)	4.765

- (i) Os juros sobre empréstimos são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram capitalizados R\$ 175 a uma taxa média de 8,70% a.a. (R\$ 304 e 9,47% a.a. em 31 de dezembro de 2017 considerados em “Intangível em andamento” conforme nota explicativa nº 9).
- (ii) O saldo refere-se a classificações de ativo da concessão para ativo intangível a medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.

9 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2018			2017
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 10 a 28	4,0%	40.091	(4.392)	35.699	33.051
Edificações de estações de tratamento	de 04 a 30	3,9%	243.499	(34.626)	208.873	213.359
Máquinas e equipamentos	de 05 a 20	7,0%	1.234	(448)	786	876
Outros componentes	de 03 a 28	6,4%	16.884	(3.867)	13.017	14.620
			301.708	(43.333)	258.375	261.906
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			-	-	-	2.064
			-	-	-	2.064
Software						
Licença de uso de <i>software</i>	de 03 a 10	19,0%	203	(180)	23	28
			203	(180)	23	28
			301.911	(43.513)	258.398	263.998

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2017			2016
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	25	4,0%	35.364	(2.313)	33.051	19.442
Edificações de estações de tratamento	de 04 a 30	3,9%	240.190	(26.831)	213.359	217.145
Máquinas e equipamentos	de 05 a 20	7,0%	1.233	(357)	876	993
Outros componentes	de 03 a 15	9,9%	15.513	(893)	14.620	1.157
			292.300	(30.394)	261.906	238.737
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			2.064	-	2.064	22.321
			2.064	-	2.064	22.321
Software						
Licença de uso de <i>software</i>	de 03 a 10	23,9%	193	(165)	28	41
			193	(165)	28	41
			294.557	(30.559)	263.998	261.099

b. Movimentação do custo

Ativo	2017		2018		
	Custo	Ajustes adoção inicial (CPC 47)	Adições	Transferências - nota explicativa 8 (ii)	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	35.364	-	-	4.727	40.091
Edificações de estações de tratamento	240.190	-	1.226	2.083	243.499
Máquinas e equipamentos	1.233	-	-	1	1.234
Outros componentes	15.513	-	-	1.371	16.884
	292.300	-	1.226	8.182	301.708
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	2.064	(2.064)	-	-	-
	2.064	(2.064)	-	-	-
Software					
Licença de uso de <i>software</i>	193	-	10	-	203
	193	-	10	-	203
	294.557	(2.064)	1.236	8.182	301.911

Ativo	2016		2017		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	20.775	-	(40)	14.629	35.364
Edificações de estações de tratamento	234.324	3.032	-	2.834	240.190
Máquinas e equipamentos	1.272	-	(38)	(1)	1.233
Outros componentes	1.911	33	(66)	13.635	15.513
	258.282	3.065	(144)	31.097	292.300
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	22.321	10.840	-	(31.097)	2.064
	22.321	10.840	-	(31.097)	2.064
Software					
Licença de uso de <i>software</i>	179	14	-	-	193
	179	14	-	-	193
	280.782	13.919	(144)	-	294.557

c. Movimentação da amortização

Ativo	2017		2018	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada	
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	(2.313)	(2.079)	(4.392)	
Edificações de estações de tratamento	(26.831)	(7.795)	(34.626)	
Máquinas e equipamentos	(357)	(91)	(448)	
Outros componentes	(893)	(2.974)	(3.867)	
	(30.394)	(12.939)	(43.333)	
Software				
Licença de uso de <i>software</i>	(165)	(15)	(180)	
	(165)	(15)	(180)	
	(30.559)	(12.954)	(43.513)	

Ativo	2016		2017	
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	(1.333)	(984)	4	(2.313)
Edificações de estações de tratamento	(17.179)	(9.652)	-	(26.831)
Máquinas e equipamentos	(279)	(92)	14	(357)
Outros componentes	(754)	(204)	65	(893)
	(19.545)	(10.932)	83	(30.394)
Software				
Licença de uso de <i>software</i>	(138)	(27)	-	(165)
	(138)	(27)	-	(165)
	(19.683)	(10.959)	83	(30.559)

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável em 31 de dezembro de 2018.

Em dezembro de 2018, a Companhia revisou a vida útil dos bens que resultou na alteração da estimativa da vida útil remanescente de certos ativos. Os efeitos prospectivos estimados dessas alterações no resultado de amortização não terão impactos materiais.

10 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração do pessoal chave da Administração, que contempla a Diretoria totalizou R\$ 1.573 (R\$ 1.376 em 31 de dezembro de 2017) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018, a remuneração global anual dos administradores foi determinada em até R\$ 1.500 rateada em comum acordo.

A Companhia não possui outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2018	2017
Ativo circulante		
Outros créditos com partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	8	-
Águas Guariroba S.A. (a)	3	-
	<u>11</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	1.556	1.729
	<u>1.556</u>	<u>1.729</u>
	<u>1.567</u>	<u>1.729</u>
Passivo circulante		
Fornecedores (nota explicativa nº 11)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	162	358
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	444	372
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda. (a)	21	-
Águas de Matão S.A. (a)	122	47

	2018	2017
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	32	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	247	123
	1.028	900
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar para partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (c)	26.500	-
	26.500	-
	27.528	900
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	-	655
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	1.276	1.066
	1.276	1.721
Despesas de vendas administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A (b)	4.736	4.702
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	313	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	146	259
	5.195	4.961
	6.471	6.682

- (a) Refere-se à contratação de serviços associada a obras de ampliação de rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda., a contratação de serviços de implementação e manutenção software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda., serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e as demais empresas refere-se a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (c) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante e referem-se a movimentações financeiras devido a centralização de caixa, sem prazo de vencimento e atualização monetária.

11 Fornecedores e empreiteiros

	2018	2017
Fornecedores de materiais e serviços	2.967	4.208
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	1.028	900
	3.995	5.108

12 Financiamentos

		Vencimento final dos contratos	Valor Contratado	Valor Captado	2018	2017
Modalidade	Encargos					
Projeto CEF	TR + 8,5% a.a.	Fevereiro/2039	195.735	192.532	249.495	217.018
Finame	Pré-fixado 6% a.a.	Novembro/2024	174	174	107	127
	Pré-fixado 3,5%			4.912		
Finisa	a.a.	Dezembro/2023	4.912		3.151	3.735
					252.753	220.880

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor Contratado	Valor Captado	2018	2017
Circulante					10.810	828
Não circulante					241.943	220.052

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão as maturidades contratuais dos financiamentos não circulantes:

Cronograma de amortização da dívida - Financiamentos

	2018
2020	8.231
2021	8.500
2022	9.039
2023	10.255
2024 em diante	212.517
	<u>248.542</u>
Custo de captação (longo prazo)	<u>(6.599)</u>
Total	<u>241.943</u>

Movimentação das dívidas

	2018	2017
Saldo inicial	220.880	202.885
Captações	13.058	-
(-) Pagamentos do principal	(613)	(591)
(-) Pagamentos de juros	(1.311)	(1.221)
Provisão de juros	20.227	19.168
Juros capitalizados no intangível	175	304
(-) Custo de captação do exercício	(23)	(24)
Amortização do custo de captação do exercício	360	359
Saldo final	<u>252.753</u>	<u>220.880</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 23 (R\$ 24 em 31 de dezembro de 2017). O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2018 totaliza o montante de R\$ 6.959 (R\$ 7.296 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em fevereiro de 2015 a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo (prazo total de 240 meses) junto à CEF e repasse via Banco BTG Pactual S.A. (“BTG”), no montante total de R\$ 195.735 para fazer frente ao seu programa de investimentos. Do valor total, R\$ 192.532 já foram desembolsados. Tal financiamento é destinado ao programa de investimentos necessários para o cumprimento das obrigações decorrentes de contrato de concessão. A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) alienação fiduciária das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”); (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão; (iii) notas promissórias no valor do contrato; e (iv) garantia fidejussória assumida pela Aegea.

A Companhia mantém em seus financiamentos, garantias, restrições e *covenants* qualitativos e quantitativos usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas quantitativas e qualitativas referentes aos financiamentos estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018.

13 Obrigações trabalhistas e sociais

	2018	2017
Salários e ordenados	20	25
Participação nos lucros	1.035	984
Provisão de férias	499	454
Encargos sociais	444	261
	<u>1.998</u>	<u>1.724</u>

14 Obrigações fiscais

	2018	2017
PIS/COFINS a recolher	1.272	1.571
PIS/COFINS/CSLL retidos	23	76
IRRF/INSS/ISS sobre serviços de terceiros a recolher	57	93
Outros	4	-
	<u>1.356</u>	<u>1.740</u>

15 Depósitos judiciais e provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

Natureza	<u>Contingências</u>		<u>Depósitos judiciais</u>	
	2018	2017	2018	2017
Cíveis	158	6	-	-
Trabalhistas	118	73	31	26
	<u>276</u>	<u>79</u>	<u>31</u>	<u>26</u>

Movimentação da provisão para contingências

Natureza	2017	Adições	Baixas	Pagamentos	2018
Cíveis	6	240	(13)	(75)	158
Trabalhistas	73	113	(66)	(2)	118
Tributária (i)	-	15.343	-	(15.343)	-
	<u>79</u>	<u>15.696</u>	<u>(79)</u>	<u>(15.420)</u>	<u>276</u>

Natureza	2016	Adições	Baixas	Pagamentos	2017
Cíveis	3	30	(3)	(24)	6
Trabalhistas	94	98	(80)	(39)	73
	<u>97</u>	<u>128</u>	<u>(83)</u>	<u>(63)</u>	<u>79</u>

(i) Nota explicativa nº 1.

a. Processos cíveis

A Companhia possui processos possíveis que correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, danos morais e danos materiais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui contingências de natureza cível que totalizam R\$ 855 (R\$ 680 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

b. Processos trabalhistas

A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, não existindo processo de valor individual significativo. Em 31 de dezembro de 2018, existem também processos de mesma natureza que totalizam R\$ 393 (R\$ 739 em 31 de dezembro de 2017) e que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social integralizado é de R\$ 98.896 (R\$ 98.896 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 98.896.608 ações ordinárias (98.896.608 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2017), nominativas e sem valor nominal, assim representadas:

	2018	2017
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

17 Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita de prestação de serviços		
Serviços de esgoto	76.896	74.053
Receitas de construção	10.883	10.840
Total receita bruta	<u>87.779</u>	<u>84.893</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Impostos sobre serviços	(7.115)	(6.850)
Total da receita operacional líquida	<u>80.664</u>	<u>78.043</u>

18 Custos dos serviços prestados por natureza

	2018	2017
Pessoal	(5.872)	(4.876)
Conservação e manutenção	(2.167)	(860)
Serviços de terceiros	(2.533)	(3.462)
Materiais, equipamentos e veículos	(885)	(1.262)
Amortização	(12.522)	(10.959)
Créditos de PIS e COFINS	964	1.784
Custo de concessão	(14)	-
Custo de construção	(10.883)	(10.840)
Energia elétrica	(6.654)	(6.475)
Produtos químicos	(738)	(728)
Locação	(1.501)	(1.438)
Outros	(861)	(717)
	<u>(43.666)</u>	<u>(39.833)</u>

19 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	2018	2017
Pessoal	(4.068)	(4.673)
Conservação e manutenção	(225)	(106)
Serviços de terceiros	(6.418)	(7.204)
Materiais, equipamentos e veículos	(354)	(480)
Amortização	(432)	-
Crédito PIS e COFINS	4	-
Energia elétrica	(34)	(27)
Seguros	(41)	(58)
Viagens e estadias	(100)	(174)
Provisão para contingências	(274)	(45)
Despesa com auto de infração	(15.343)	-
Impostos, taxas e contribuições	(97)	(106)
Locação	(575)	(536)
Publicidade e propaganda	(261)	(578)
Outras	(381)	(392)
	<u>(28.599)</u>	<u>(14.379)</u>

20 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.552	1.511
Juros e multa recebidos ou auferidos	794	1.001
Outras receitas financeiras	67	331
Receitas financeiras	<u>3.413</u>	<u>2.843</u>
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre financiamentos	(20.227)	(19.168)
Juros sobre atraso em pagamentos	(9)	(44)
Juros sobre despesa com auto de infração	(4.343)	-
Despesas com IOF	-	(34)
Despesas e comissões bancárias	(6)	(9)
Impostos s/ receitas financeiras (PIS/COFINS)	(159)	(132)

	2018	2017
Outras despesas financeiras	(460)	(359)
Despesas financeiras	<u>(25.204)</u>	<u>(19.746)</u>
Resultado financeiro	<u>(21.791)</u>	<u>(16.903)</u>

21 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está apresentada como segue:

	2018	2017
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.393)	6.949
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>4.554</u>	<u>(2.363)</u>
Auto de infração	(5.217)	-
Despesas indedutíveis	(104)	(420)
Inovação tecnológica	229	242
PAT	16	31
Baixa de ativo diferido de anos anteriores	(134)	-
Outras diferenças permanentes	23	24
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(855)	(1.675)
Diferido	<u>222</u>	<u>(811)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(633)</u>	<u>(2.486)</u>
Alíquota efetiva	<u>(5%)</u>	<u>36%</u>

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2018	2017
Total do imposto de renda e contribuição social apurados	(855)	(1.675)
Saldo a pagar referente a anos anteriores	(631)	-
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	328	794
Antecipação de IRPJ e CSLL	<u>(916)</u>	<u>-</u>
Total do IRPJ/CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	<u>(2.074)</u>	<u>(881)</u>
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a saldo negativo IR/CS e retenções na fonte	328	163
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>-</u>	<u>631</u>
	<u>328</u>	<u>794</u>

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2017	Resultado		2018
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	980	-		980
Provisão para participação nos lucros	335	17		352
Provisão para contingências	27	67	(i)	94
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.026	(518)		10.508
Ativo fiscal diferido	<u>12.368</u>	<u>(434)</u>		<u>11.934</u>
Juros capitalizados no intangível	(4.426)	55	(ii)	(4.371)
Custo de captação de financiamentos	(2.481)	115	(iii)	(2.366)
Diferimento sobre o lucro com órgãos públicos	(689)	486		(203)
Passivo fiscal diferido	<u>(7.596)</u>	<u>656</u>		<u>(6.940)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>4.772</u>	<u>222</u>		<u>4.994</u>

- (i) O saldo está líquido do montante do imposto sobre as contingências pagas no valor de R\$ 5.243.
- (ii) O saldo está líquido do montante do imposto da amortização sobre juros capitalizados no intangível no montante de R\$ 116.
- (iii) O saldo está líquido do montante do imposto sobre a amortização do custo de captação de financiamentos no valor de R\$ 121.

22 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 2.881, representando aproximadamente 28,94% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2017 esta provisão, era de R\$ 2.881, representando aproximadamente 30,24% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2018	2017
Caixa e equivalente de caixa	1	53
Aplicações financeiras	84.169	43.440
Contas a receber de clientes	7.074	6.645
	<u>91.244</u>	<u>50.138</u>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Administração julga que a Companhia não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

2018							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	3.995	3.995	3.995	-	-	-	-
Financiamentos	252.753	462.917	22.604	25.703	25.490	25.297	363.823
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	26.500	26.500	-	-	-	-	26.500
Outras contas a pagar	914	914	-	914	-	-	-
	<u>284.162</u>	<u>494.326</u>	<u>26.599</u>	<u>26.617</u>	<u>25.490</u>	<u>25.297</u>	<u>390.323</u>
2017							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	5.108	5.108	5.108	-	-	-	-
Financiamentos	220.880	494.177	1.911	23.140	27.352	27.126	414.648
Outras contas a pagar	914	914	-	914	-	-	-
	<u>226.902</u>	<u>500.199</u>	<u>7.019</u>	<u>24.054</u>	<u>27.352</u>	<u>27.126</u>	<u>414.648</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2018	2017
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	84.169	43.440
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos e financiamentos	252.753	220.880

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários

IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2018	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	71.509	Variação do CDI	6,40%	4.577	5.721	6.866	3.433	2.289
Aplicações financeiras	12.660	Variação da Selic	6,40%	810	1.013	1.215	608	405
Exposição líquida	<u>84.169</u>			<u>5.387</u>	<u>6.734</u>	<u>8.081</u>	<u>4.041</u>	<u>2.694</u>

Não houve variação na taxa de juros para o financiamento atualizado pela TR. Por esse motivo a Companhia não realizou o teste de sensibilidade para esse instrumento financeiro.

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2018
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1	-	1
Aplicações financeiras	5	71.509	12.660	-	84.169
Contas a receber de clientes	6	-	7.074	-	7.074
Total		<u>71.509</u>	<u>19.735</u>	<u>-</u>	<u>91.244</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	11	-	-	3.995	3.995
Financiamentos	12	-	-	252.753	252.753
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	10	-	-	26.500	26.500
Outras contas a pagar		-	-	914	914
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>284.162</u>	<u>284.162</u>

- (i) Mudança na classificação dos instrumentos financeiros conforme requerido pelo CPC 48 descrito na nota explicativa nº 3.

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2017
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	53	-	53
Aplicações financeiras	5	31.338	12.102	-	-	43.440
Contas a receber de clientes	6	-	-	6.645	-	6.645
Total		<u>31.338</u>	<u>12.102</u>	<u>6.698</u>	<u>-</u>	<u>50.138</u>
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	11	-	-	-	5.108	5.108
Financiamentos	12	-	-	-	220.880	220.880
Outras contas a pagar		-	-	-	914	914
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>226.902</u>	<u>226.902</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras e contas a receber, assim como fornecedores e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de financiamentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é demonstrado abaixo:

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Projeto CEF	256.386	256.386	224.233	236.023
Finame	107	107	127	127
Finisa	3.219	3.219	3.816	3.816
	<u>259.712</u>	<u>259.712</u>	<u>228.176</u>	<u>239.966</u>

Os valores justos dos financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo dos financiamentos é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

* * *

Contador

Jackson Luis da Silva Santos
Contador - CRC PR 034233/O-7